

Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial

António Paulo Duarte

Investigador e Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Resumo

Este texto apresenta o projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, e desenvolve algumas considerações de base em torno dos seus fundamentos e dos seus propósitos. Ele justifica igualmente o projeto de investigação no quadro das atividades promovidas pelo Instituto da Defesa Nacional, nomeadamente no que tange ao desenvolvimento do pensamento estratégico nacional. O projeto de investigação visa igualmente, para além da compreensão da realidade histórica, o desenvolvimento de conhecimento teórico sobre o poder dos pequenos e médios Estados e em consequência carrega uma dimensão prospetiva e estratégica.

Abstract

Thinking Portugal Strategically: the International Integration of Small and Medium Powers and the First World War

The paper presents the research project “Thinking Strategically Portugal: the International Integration of Small and Medium Powers and the First World War” and develops some basic considerations around its purposes. It explains the research project under the framework of activities promoted by the National Defense Institute, regarding the development of the Portuguese strategic thinking. Beyond an understanding of the historical reality, the project also has the objective of developing a theoretical knowledge concerning the power of small and medium states, carrying consequently, a prospective and strategic dimension.

* O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial” é desenvolvido por uma parceria entre o Instituto da Defesa Nacional, o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Este projeto conta com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional.

Introdução

O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, visa responder a uma questão que está na matriz histórica do Instituto da Defesa Nacional, “O País que Somos”, e que retrospectivamente, é uma interpelação central para a compreensão da turbulenta história da Primeira República e da beligerância de Portugal na Grande Guerra, ambas, como já demonstrou Nuno Severiano Teixeira, indelivelmente interligadas (Teixeira, 1996).

Com efeito, o “País que Somos” constituiu uma das bases para a ação do Instituto da Defesa Nacional, uma “reflexão global sobre Portugal. Perdido o Império, regressávamos ao retângulo e Regiões Autónomas e recuava-se seis séculos na História (que país passávamos a ser?)” (Couto, 2014, p. 50).

O presente projeto de investigação não tem a pretensão de fazer semelhante estudo, sendo os seus propósitos bem mais modestos. Todavia, pode perfeitamente inserir-se na linha de ação do “País que Somos”. Este projeto de investigação visa, no limite, mais do que estudar o poder dos pequenos Estados genericamente, analisar o poder de Portugal, como pequeno Estado que hoje é. A disciplina de Relações Internacionais e muitas outras afins tendem a ver os pequenos Estados como atores de poder muito limitado – *powerless*, expressão inglesa, que talvez traduza da forma mais expressiva a ideia de pequeno poder, de poder deslizante ou declinante, quase sempre como que esvaziado de capacitação real.

Não obstante esta leitura, arquetípica nas Relações Internacionais, na realidade, a história do último centénio parece contrariar esta visão. Com efeito, em 1914, existiam no mundo, como Estados considerados independentes, menos de 50 entidades. Hoje, são cerca de duzentas, e se a essas se acrescentarem numerosas organizações internacionais ou, por exemplo, grupos terroristas, o número de atores internacionais aumenta consideravelmente, talvez para o meio milhar. Se algo há que evidencia a história contemporânea, é o facto dos pequenos Estados parecerem ter bem mais poder do que uma leitura apressada da realidade parece indiciar. Fica a questão de saber se são assim tão pequenos como julgamos?

Portugal é um Estado pequeno. Em população e em dimensão terrestre, sem dúvida que será um pequeno Estado: cerca de 10 milhões e 400 mil habitantes e 92 mil km². Em termos demográficos e territoriais, a sua posição põe-no a meio da tabela no conjunto dos Estados mundiais.¹ Não obstante, é um dos países mais velhos do

1 Em termos demográficos, e de acordo, por exemplo, com os dados retirados do *CIA Fact Book*, Portugal está na 81.ª posição em termos demográficos. Veja-se “Country Comparison – Population”, *The World Fact Book*, disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016. Em termos de dimensão terrestre, Portugal, de acordo com o *CIA Fact Book* está em 111.º lugar. Veja-se

globo, com uma história ininterrupta até ao século XII da Era Cristã. E foi o primeiro império e o último império do que alguns denominam de Era Gâmica (o período da hegemonia europeia no globo, que dura, grosso modo, de 1500 a 1950). Para um suposto pequeno Estado não parecem ser feitos de somenos.

Interessa por isso entender o poder de Portugal, no quadro abrangente de uma leitura do poder dos pequenos Estados. Mas não se pretendia um estudo feito numa imensa longa duração de doze séculos. Até porque o conceito de Portugal como pequeno Estado pode não ser compaginável com cada uma das estruturas ou conjunturas históricas em que o país viveu. De facto, e só para dar um exemplo bem visível, mega países como os Estados Unidos da América ou a Rússia não existiam no hoje denominado ocidente até ao século XIX. Na realidade, muito provavelmente, Portugal seria um Estado de bem grandes dimensões no século XIV, quando comparado com outras entidades políticas da Europa. Ora, considerando esta perspetiva, impunha-se delimitar um período que pudesse servir de base a um conhecimento profundo sobre o papel que pequenos países podem ter no quadro internacional e como eles podem contribuir para este tablado e o que dele podem extrair em termos de vantagens e poder para si.

A Primeira Guerra Mundial é vista como fundadora da contemporaneidade. A “sua longa sombra” ainda hoje se estende na Europa e no mundo, em geral, sob múltiplas formas positivas e negativas.² Portugal foi um dos beligerantes da guerra. Fê-lo acompanhando os vencedores da contenda. A Primeira Guerra Mundial foi paradoxalmente a última grande guerra imperialista da Europa e a primeira guerra em que a defesa do direito, da legalidade internacional e da democracia se configurou como motivo axial da contenda por parte de um dos lados (Henig, 2010, pp. 12-23; Payne, 2011, p. 24; Duarte, 2014, pp. 74 e 79-80). Na realidade, a multiplicação de pequenos Estados no sistema internacional começa com o termo da Primeira Guerra Mundial e com o princípio da segurança coletiva que dela nasce e inverte de certo modo a evolução, que à altura se via como natural, de progressiva redução do tablado internacional a meia dúzia de superpoderes.³ Com efeito, por volta de 1500, a Europa teria cerca de 200 entidades políticas que se poderiam configurar hoje como Estados (Tilly, 1994, p. 42). Esta mesma Europa estaria reduzida a cerca de 20 entidades independentes (incluindo-se aqui o Império Otomano) em

“Country Comparison – Area”, *The World Fact Book*, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016.

2 Título de um interessante livro de David Reynolds (2013) que estuda e dissecou o impacto da Primeira Guerra Mundial na história posterior da Europa, no essencial.

3 Esta visão era particularmente forte na geopolítica alemã. Vejam-se a conceção de pan-ideias e sua relação com as quatro pan-regiões em que se deveria organizar o mundo na geopolítica de Karl Haushofer (Losano, 2009, pp. 276-77).

1900, num mundo quase que completamente partilhado por algumas soberanias europeias. Todavia, hoje são cerca de 40 as soberanias que habitam a Europa (sobre estas questões, ver igualmente o último capítulo deste texto).

Este período é, por isso, assim se julga, muito relevante para o estudo dos pequenos Estados e do seu poder. Uma guerra que começa por ter um cunho imperialista, e em que existem numerosos projetos de carácter imperialista,⁴ termina todavia pela afirmação dos pequenos Estados e dos pequenos poderes. Eis a relevância do estudo da Primeira Guerra Mundial para a interpelação do poder dos pequenos Estados e do poder de Portugal em particular.

Mas para estudar Portugal e o seu poder, interessa compreender o poder dos pequenos Estados, de modo a visualizar aquilo que resulta de especificidades conjunturais portuguesas e que só podem ser manuseadas em situações muito particulares e epocais, daquilo que deriva de capacidades genéricas, aplicáveis por numerosos pequenos poderes e que pode ser universalizado em alguma fórmula teórica mais substantiva e fundamentada. A comparação de diversas realidades numa mesma época, envolvidas nas mesmas situações, torna-se por isso de maior relevo para perceber o que é intrínseco e distinto daquilo que é semelhante e geral. Assim, considerou-se que o projeto pode ser trabalhado em redor de três grandes pontos. A posição internacional de Portugal e a Primeira Guerra Mundial, na qual se observa qual era a posição do país na conjuntura estratégica que então se vivia, se confronta esta com a de outros pequenos Estados e se vê quais eram as capacidades e o poder de que dispunham, e de onde cada um extraía as suas fontes de capacitação. O segundo ponto lida com a relação entre a estratégia nacional e a estratégia militar e se observa, também num modo comparativo, da sua relevância para o poder dos pequenos Estados. Neste campo é relevante saber, numa situação em que habitualmente se relaciona o poder militar com a grandeza e pujança da potência de cada Estado, o papel que as Forças Armadas de pequenos estados podem ter, para mais em guerras da dimensão da Primeira Guerra Mundial. Por último tentar-se-á, dentro do que uma sólida ponderação impõe, levantar o que o passado pode dizer ao presente na construção que este tem de fazer do futuro. São as lições do passado que podem servir as estratégias que edificam o futuro.

A Posição Internacional de Portugal e a Primeira Guerra Mundial

É relevante para esta investigação compreender a leitura que os portugueses faziam da posição internacional do país e subsequentemente, dissecar as razões para a beligerância e para a resistência ao intervencionismo, explorando ainda

4 Um dos mais notáveis estudos sobre os programas e objetivos políticos e estratégicos das grandes potências, e não só, porquanto também trata por exemplo da Bélgica, durante a Primeira Guerra Mundial, é o trabalho de Georges-Henri Soutou (1989).

o impacto de ambas as posições no imediato pós-guerra em termos externos e internos.

No fundo, como salientou António Telo (2014, p. 11), com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Portugal e os portugueses dividiram-se em dois campos: os guerristas e os antigueristas, seguindo duas leituras distintas do que era e do que deveria ser o país.

Não obstante, essa divisão não deriva especificamente do aparecimento da conflagração mas insere-se no debate e no conflito político por que passava Portugal nas décadas iniciais do século XX e que já tinham conduzido à revolução republicana de 1910. E este conflito político intenso, de “larvar guerra civil” (Duarte, 2015a), pontuada por curtas e “intermitentes guerras civis” (Rosas, 2007), espelhava a profunda divisão sobre a identidade de Portugal, e sobre o porvir do país, da sociedade portuguesa que detinha capacidade de influência política, e que se ampliara com o crescimento urbano, fundamentalmente de Lisboa e com a introdução de novas classes sociais como atores políticos (a burguesia média e o operariado urbano). O período republicano é, na realidade, um período em que novos atores passam a participar da política, questionando o poder da clássica oligarquia que governava o país. É a profunda crise do sistema regenerador liberal oligárquico português de que fala Fernando Rosas (2003, pp. 13-24). Ora, é no quadro dessa profunda crise sistémica do sistema político liberal oligárquico português – e que é comum a outras sociedades do sul da Europa – que se deve enquadrar a questão da beligerância nacional.

A beligerância portuguesa não deriva de uma postura nacional, nem resulta de um consenso entre os portugueses em torno da posição de Portugal na Grande Guerra. Ela advém de uma política de partido, política essa que se impõe à sociedade portuguesa por via da apropriação por esse partido do poder do Estado. Com efeito, hoje parece ser consensual na historiografia portuguesa, que a beligerância nacional resulta da política guerrista, política essa conduzida por um pequeno núcleo de políticos nacionais e aliados, unidos em redor do Partido Republicano Português, conhecido à época como o partido democrático (Teixeira, 1996; Telo, 2014; Meneses, 2015; Duarte, 2015a). Todavia, o Partido Republicano Português era a mais poderosa força partidária nacional (Rosas, 2003, pp. 39-41), a única força política verdadeiramente organizada. E foi essa capacidade que não só permitiu ao Partido Republicano Português controlar o poder, como impor ao país a intervenção na Primeira Guerra Mundial.

Não obstante, interessa inserir o desiderato da beligerância no quadro de uma leitura politicamente motivada e de uma visão política. Com efeito, toda a política tende ao agir de uma comunidade e demanda, em sequência, mobilizar um coletivo com vista a dispor da capacidade para induzir e catalisar o movimento de uma dada sociedade em direção a um determinado desiderato conjunto, que ela, a polí-

tica, observa com sendo o bem comum dessa coletividade. A mobilização de um dado coletivo implica, por conseguinte, que o propósito final sirva, de algum modo, o ideal de bem comum e é a relação entre o ideal de bem comum e a mobilização para o alcançar que cimenta um dado coletivo e estrutura-o internamente. Este coletivo, como é óbvio, tanto pode ser um partido ou uma corporação ideológica, como uma comunidade nacional, ou até no limite, uma empresa. E nesse sentido, toda a ação política só consegue ser consequente se é capaz, de algum modo, para alcançar um determinado bem comum, de mobilizar uma massa muito razoável de uma coletividade humana.⁵

Todavia, não basta observar a ação política como se relacionando estritamente com um determinado bem comum, porquanto o desiderato político, para ser alcançado, implica que o coletivo que o almeja consiga perdurar para que este seja efetivamente atingido. Por outras palavras, a perdurabilidade e a sobrevivência de um coletivo político é tão relevante, quanto o propósito final que almeja. Na verdade, sem assegurar o primeiro, dificilmente se atingirá o segundo. Isto significa que os proponentes de um dado ideal político têm igualmente de considerar as adaptações ao contexto específico que lhes augurem a perdurabilidade enquanto buscam atingir uma situação teleológica que corresponde ao seu ideal de bem comum. Contexto e ideal, em geral, vivem em tensão.⁶

Para a questão que se interpela neste texto, ou seja, a beligerância portuguesa no quadro da Primeira Guerra Mundial e a sua relação com a oposição entre guerristas e antigueristas, é imprescindível considerar a crise por que passava o projeto radical republicano, passados pouco mais de quatro anos sobre a implantação da República, e a leitura de que a conflagração europeia era a solução para todos os dilemas que o afetavam (Telo, 2010, pp. 299-300), e esta tensão concreta da política republicana evidencia a distinção entre o objetivo teleológico (o bem comum) e o contexto,

5 Uma primeira aproximação a esta conceção, de que a identidade coletiva e comunal, como é o caso da nação, é objeto de uma construção consensualizada para um ideal de bem comum que une os elementos dessa entidade, foi desenvolvida em Duarte (2012, pp. 4-6).

6 De uma outra forma esta ideia é referida por Jack Snyder, na troca de correspondência com Jack Levy sobre a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Snyder afirma que a eclosão da guerra parte de duas dinâmicas, as estruturais e as contextuais. Uma delinea os fins últimos que um Estado procura assegurar e alcançar no quadro dos dilemas estruturais em que vive. Outra resulta das dinâmicas próprias da situação que existe em cada momento temporal específico. Dinâmicas estruturais e conjunturais interagem entre si e explicam as decisões e as ações dos Estados. No que se refere à Primeira Guerra Mundial, e de acordo com esta lógica, Snyder considera 1914 como o ano que todas as potências viram como o melhor para iniciar uma grande guerra, mas esta decisão resultou, não só das lógicas competitivas inerentes às disputas de poder dentro da Europa, mas também porque o contexto em que cada uma estava parecia tornar o futuro bem mais negativo, e a possibilidade de essa visão pessimista acontecer, justificava o risco de ida para uma contenda global. Veja-se Snyder (2015, pp. 215-217).

em que se joga a perdurabilidade da sua política, e é essencial para compreender a inserção de Portugal na Primeira Guerra Mundial.⁷

Com efeito, para a liderança “democrática” e para a visão ideológica do radicalismo republicano, a guerra europeia era a última grande oportunidade de redimir o projeto republicano. Mobilizar o país para a guerra era o instrumento catalítico de reconciliação entre a República e os portugueses, ao mesmo tempo que a afirmação nacional no exterior demonstraria à Espanha e à Grã-Bretanha, não só a unidade nacional, como a pujança da nação redimida e a faria participar em plena equidade com estes países do sistema internacional (Telo, 2010, pp. 300-302; Duarte, 2015a, pp. 90-91). Era isto que um dos mais fervorosos guerristas queria dizer e se propunha fazer em 1914:

“Este momento fornece-lhe (a Portugal) um ensejo único na sua história de adquirir personalidade. Se o abandona é uma nação perdida. O meu ponto de vista é este. Portugal deve assumir sem tergiversações o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que pode dar-lhe, mas dar-lho e não esperar que ela o exija ou o tome por suas mãos. (...). Pela primeira vez na história da nossa velhíssima aliança ter-lhe-emos dado e não pedido concurso” (Chagas, 1914, p. 132).

Tendo em conta o que se foi aqui afirmando, interessa igualmente a comparação com outros pequenos Estados que participaram ativamente e com sucesso na Grande Guerra. Na realidade, uma leitura comparativa parece indiciar que o caso português está muito longe de ser original, e que noutros países, como aqui, interesses de partido e objetivos de prestígio, paridade e equidade internacional terão movido outras pequenas nações para a conflagração. Muito provavelmente, por curioso que possa parecer, e fascinante como tese da origem da Grande Guerra, a Sérvia poderia ter desenvolvido, à sua maneira, uma estratégia de confrontação que induziria fatalmente a um confronto entre a Rússia e a Austro-Hungria. Como terá referido Jack Levy, em 1914, de todos os envolvidos no jogo de poder internacional, a Sérvia era o que tinha mais a ganhar com uma guerra mundial e tudo a perder se esta não se desencadeasse.⁸ Estas leituras podem e devem questionar a

7 Usa-se aqui um conceito – o de perdurabilidade – que se retirou dos estudos de Fernando Rosas sobre a perduração no poder de Salazar e do Salazarismo e que tem a sua versão mais elaborada na obra de Rosas (2013).

8 Afirmação ouvida a Jack Levy numa conferência que pronunciou no Instituto da Defesa Nacional em 1 de outubro de 2014 no Seminário Internacional *Small Power is a Power? The role and resilience of small and medium powers during the Great War, 1914-1918*, Sessão Plenária VI – A Grande Guerra entre as Relações Internacionais e a História. Na correspondência que trocou com Jack Snyder a propósito das causas da eclosão, Levy afirma que em 1914, apesar de todas as grandes potências protagonistas estarem dispostas a arriscar a uma conflagração, nenhuma estava disposta a produzir uma guerra mundial (que o autor define como consequência da beligerância, ao lado da *Entente* franco-russa, da Grã-Bretanha). Esse seria o caso da Alemanha

ideia de pequenos Estados inermes – *powerless* – em face de colossos vizinhos. Pelo contrário, os pequenos Estados parecem igualmente dotados daquilo a que os anglo-saxónicos chamam de *agency*, que talvez se possa traduzir por agenciamento, ou seja, de capacidade de intervir com autonomia própria no quadro do tablado internacional, e mais relevantemente, de o influenciar.

Não deixa por isso de ser relevante a observação de João Chagas, um dos mais aguerridos propugnadores da nossa beligerância na Grande Guerra, quando em plena contenda, via descoroçoado, o quão diferente acabara por ser o esforço e o consequente prestígio, quando comparava a prestação da Sérvia ou da Austrália, com a nossa:

“Alistaram-se até aqui no exército inglês 426.000 recrutas australianos. (...). A Austrália tem pouco mais de 4 milhões de habitantes. Portugal tem 6 milhões de habitantes. Forneceu penosamente um esforço de 45.000 homens e conclui tudo por um desastre” (Chagas, 1918, p. 166).

Estratégia Nacional e Forças Armadas

O projeto de investigação visa igualmente estudar os processos de modernização militar das pequenas potências no quadro da sua inserção no sistema internacional e no contexto de crises e conflitos internacionais, de forma a aprofundar a questão da participação portuguesa na Grande Guerra e os mecanismos pelos quais pode Portugal enviar forças expedicionárias modernas e projetar poder bélico para teatros de guerra muito sofisticados e profundamente exigentes.

Interessa aqui debater uma visão: a de que as forças armadas nacionais tiveram como principal múnus, nos conflitos internacionais do século XX, a “experiência expedicionária”, a intervenção militar em cenários externos ou exteriores ao território metropolitano e como esta peculiar situação se compagina com a característica debilidade do poder bélico português (Duarte, 2015b). Interessa também aprofundar o conhecimento sobre o pensamento estratégico nacional e o pensamento estratégico militar nas suas vertentes naval, terrestre e aérea: trata-se de ver qual o impacto da Grande Guerra na compreensão que em Portugal se fazia dos fenómenos conflitual e estratégico.

Na realidade, a experiência militar portuguesa como força expedicionária não desponta com a Primeira Guerra Mundial. Pode-se afirmar que a origem desta experiência, na época contemporânea, se inicia com as expedições de conquista do ultramar no final do século XIX. Estas expedições mobilizam todavia quanto mais, alguns poucos milhares de homens. Todavia repetem-se ao longo da última década

que até ao fim assumiu erradamente que poderia assegurar a neutralidade britânica numa guerra continental, e quando se apercebeu de que Londres interviria, intentou algumas manobras diplomáticas de última hora para o evitar (Levy, 2015, pp. 210-211).

do século XIX e em princípios do século XX. E no total, fazem com que algumas dezenas de milhares de soldados cumpram missões de pacificação (guerra) no ultramar durante estes cerca de vinte anos.⁹

O envio de uma força militar para a Flandres em 1917-1918 – o Corpo Expedicionário Português (CEP) – é, na realidade, de uma dimensão muito maior. Está a falar-se de cerca de 60 mil efetivos, e para um teatro de operações com características radicalmente diferentes do africano. Em 1916 foi igualmente enviada para Moçambique uma poderosa expedição militar, que contaria com cerca de 5 mil efetivos (Arrifes, 2004, p. 126, nota 53), grande para o que seria habitual, não seria todavia de uma dimensão absolutamente destoante para o tipo de expedições que usualmente eram enviadas para o continente africano, em redor de alguns milhares de homens, em geral. O caso do Corpo Expedicionário Português eram assim um facto excecional. Mas seria excecional os seus propósitos e o seu desiderato final ou poder-se-ia enquadrar numa lógica política nacional, independentemente de a beligerância ter sido uma imposição de um partido? Por outras palavras, poderia o CEP, num quadro distinto e mais consensual ter existido igualmente?

Esta questão é relevante, tanto mais, como já se referiu, a beligerância portuguesa na Grande Guerra não é uma postura nacional, mas uma posição de partido, um partido hegemónico no quadro partidário português, mas que não representava de facto a efetiva vontade da maioria dos habitantes do país. Aqui, entra de novo em campo a relação entre os propósitos a almejar do coletivo político e as dinâmicas do contexto, em que se joga a perdurabilidade política necessária para prosseguir os objetivos teleológicos de um dado coletivo.

Os objetivos formais da beligerância são enunciados de antemão:

“... que a sorte de Portugal está ligada à sorte da Inglaterra e da França ...”; [...]
“Poderíamos evitar a guerra se houvéssemos encarregado a Espanha de dirigir a nossa política externa, se abdicássemos da nossa personalidade europeia”; [...]
“... foi o nosso passado que nos lançou na guerra a fim de garantir o nosso futuro”; [...]
“... a aliança de Portugal com a Grã-Bretanha, em vez de significar vassalagem, significa autonomia e independência.” (Pascoaes, 1916, pp. 109-111).

Mas estes objetivos formais, tão expressivamente postos por Teixeira de Pascoaes, demonstram subliminarmente os objetivos reais que o intervencionismo democrático pretendiam alcançar com a guerra e que resultavam da busca, num contexto particularmente negativo, da perdurabilidade necessária à consecução posterior do

9 Uma informação sobre os efetivos das expedições para África entre 1891 e 1901 pode-se encontrar em Arrifes (2004, p. 295-Anexo I). Os dados referem-se às despesas mas indicam a composição, em efetivos, das expedições e vão de quase 3 mil efetivos em 1895 a pouco menos de 400 em 1901. Sobre o efetivo do CEP, ver por exemplo, Fraga (2010, p. 657, anexo 7).

projeto radical republicano. Estes objetivos passavam pela imprescindível necessidade de condicionar e constranger a liberdade de ação da Grã-Bretanha e da Espanha em relação a Portugal, por um lado, para ampliar a liberdade de ação interna do radicalismo democrático, adquirida por outro lado, pelo prestígio internacional e a paridade estratégica que supostamente a governação do Partido Republicano Português asseguraria com a beligerância nacional. A paridade estratégica que com a beligerância nacional os proponentes do intervencionismo pretendiam alcançar, inscrevia-se na sua busca de perdurabilidade interna e serviam o seu propósito de sobrevivência, a única forma com que assegurariam o triunfo último dos seus ideais políticos. A estratégia intervencionista servia, assim, a perdurabilidade política dos radicais republicanos, ação essa que tanto visava condicionar e constranger oponentes internos como adversários externos (a Espanha e a Grã-Bretanha). É isso que o texto de Teixeira de Pascoas quer em última análise afirmar, ao usar termos como “personalidade europeia”, “autonomia” e “independência”, não “vassalagem”, na aliança com a Grã-Bretanha, e “garantia do nosso futuro”.

Dito isto, é também imprescindível observar que uma política, por muito delirante que possa no final verificar-se que foi, também tem de laborar sobre elementos contextuais compreensivos para a realidade coeva e de algum modo sirvam para mobilizar a sociedade em prol da sua consecução. É nesse sentido preciso talvez interpelar a natureza da percepção que os próprios portugueses tinham de si em 1914. Seria Portugal um país pequeno? Ou como dizia o Ministro da Marinha Celes­tino de Almeida em 1911, em plena Câmara dos Deputados, Portugal, com um domínio “colonial extensíssimo e valiosíssimo”, a “quarta nação do Mundo em preponderância colonial” era “grande nas nossas colónias”, em suma, com as colónias, a nação era um poder a contabilizar na Europa e no Mundo (Almeida, 1911, p. 4). A situação geopolítica de Portugal em 1914, e do regime republicano em particular, isolado numa sociedade arcaica internamente e assediado internacionalmente, sob pressão de diversas grandes potências, e em que se negociava a partilha das colónias portuguesas, instava à ação as correntes mais radicais do republicanismo. O intervencionismo, como asseveração da personalidade própria e autónoma de Portugal no tablado internacional, servia a afirmação de uma República periclitante, e dentro dela, daqueles que se viam como a sua mais pura linha ou corrente ideológica. O contexto anterior à guerra era altamente desfavorável ao regime instituído em 1910 e, para os radicais republicanos, qualquer concessão, interna ou externa, traria de novo a Portugal o regime monárquico, pelo que a guerra era a grande oportunidade de quebrar os impasses da República e dirimir a quadratura que a entibiava, a interna e a externa. O prestígio internacional e a unidade nacional que a intervenção na guerra poderia aportar seriam o bálsamo que revitalizaria a República, a República pela qual ansiavam os radicais republicanos (Duarte, 2015a).

Ora o intervencionismo só seria consequente com uma intervenção robusta no principal teatro de guerra da Primeira Guerra Mundial, a Flandres, e com um esforço militar à altura daquele campo de batalha. A defesa das colónias era relevante, mas evidentemente menor, quando o que se jogava na beligerância nacional era assegurar a sobrevivência do regime por via de uma ação de grande visibilidade internacional e potencial grande prestígio global. É plausível pensar que para os intervencionistas, para os guerristas, 60 mil homens não fosse suficiente para tão estrondoso fim. É credível pensar que julgavam possível mobilizar até 100 mil, talvez posteriormente chegar aos 300 mil homens e estacionar na Flandres um verdadeiro exército português. Esta visão é dita na revista *Águia*, em 1916, por um autor francês (Lebesgue, 1916, p. 167). Mas não seriam estas palavras, o sonho dos guerristas, ditas ademais por um notável e reputado autor estrangeiro, para mais francês, dado ser impossível evidenciar de forma tão clara o que se pretendia fazer com o envio de uma força expedicionária portuguesa para França, considerando a resistência do país à participação na guerra?

Essa força expedicionária, não seria, na leitura guerrista, um ponta-de-lança para a modernidade? Porquanto o contacto com uma realidade moderna e altamente sofisticada transformaria o Exército português, arcaico e politicamente retrógrado, num novo elemento, profundamente metamorfoseado e num aguilhão de contemporaneidade? Pode-se ponderar como linha de partida para esta investigação que a participação efetiva no teatro de guerra mais exigente seria assim um fator de modernização da máquina militar, tanto em termos técnicos, como, e mais relevante, em termos políticos e ideológicos. É preciso lançar igualmente esta hipótese adicional: porquanto em parte isso acabou por ser verdade – a modernização do Exército – mas não no sentido procurado pelos republicanos radicais e pelos guerristas. O Exército português profissionalizou-se mais e adquiriu uma personalidade mais própria e vincada, um maior sentido corporativo, que, dada a incapacidade que se teve no pós-guerra de renovar a República, conduziria inevitavelmente à Ditadura militar e ao “Estado Novo”, pelas espadas guardado. Seria o grande paradoxo do intervencionismo: armar a mão que liquidaria a Primeira República. Será que assim foi?

Lições do Passado: Estratégias Para o Futuro

O projeto de investigação permite, ademais, introduzir uma questão relevante para o Portugal contemporâneo: o papel, tendo em conta as capacidades e as vulnerabilidades dos pequenos Estados como Portugal, no contexto das crises e guerras internacionais. Para mais hoje, em que tal como então acontecia, está-se inserido no quadro de uma transição de poder mundial.

Este estudo insere-se, assim, na mais relevante missão do IDN:

“O IDN tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa.”

E como visão:

“Constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre as questões da segurança e defesa nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate, divulgação e produção doutrinária; contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e defesa, constituindo-se como plataforma de encontro entre as instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade.”¹⁰

Pensar estrategicamente, significa ler a realidade à luz de uma visão estratégica, isto é, uma ótica englobante, alargada, transversal e global (Coutau-Bégarie, 1999, pp. 403-407) – holista como se usa hoje dizer – que visa sobrepujar as resistências e oposições com que cada ator coletivo – na modernidade, em geral, um Estado – se defronta. Ademais, a estratégia pensa prospectivamente, visa agir no presente para edificar o futuro. E por isso parte da visão do futuro para o presente, e retorna ao porvir por ela transformado e burilado (Duarte, 2013, pp. 55-56). É por isso que a estratégia, diz H. Coutau Bégarie (1999, pp. 416-417), tem a dimensão militar como apenas uma das suas dimensões. Hoje, pensa a questão conflitual num quadro de vulnerabilidades e de potencialidades que possam colmatar aquelas, em suma, com uma visão englobante e englobadora.

E nesse sentido estamos a falar de um estudo que naturalmente mobiliza a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. A estratégia pensa estruturalmente, e assim, aqui se liga à História. Pensar em termos estruturais significa refletir sobre as linhas de longa duração que afetam a realidade de cada sociedade em contextos próprios e específicos. Como refere Walter Benjamin, cada situação temporal, cada contexto histórico é composto por uma constelação de tempos distintos na sua origem e no seu próprio tempo que se fundem num dado momento muito preciso, como um relâmpago, diz o autor metaforicamente (Benjamin, 2010, pp. 20 e 155). A compreensão de um dado acontecimento não deriva só do momento em que acontece, porquanto este traz com ele uma ampla riqueza de temporalidades diferenciadas, todas o afetando. Ora, o estudo do poder dos pequenos Estados durante a Grande Guerra não se limita ao tempo da guerra propriamente dito, mas discorre de outras temporalidades, que influem sobre as mentes e os acontecimentos coevos.

Ora, exatamente por essa razão, pode ser de maior relevo para o estudo e a compreensão da realidade presente e futura dos pequenos Estados, o conhecimento que se

10 Veja-se a “Apresentação do IDN” no site do Instituto da Defesa Nacional, em http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf, consultado em 28 de setembro de 2016.

adquirir sobre a Primeira Guerra Mundial, tanto mais quando esta lança ainda uma “grande sombra”, para o bem e para o mal, sobre a história contemporânea da Europa e do globo. E desse ponto de vista, o estudo da Primeira Guerra Mundial sobre o poder dos pequenos Estados pode ser elucidativo a dois níveis: o histórico, dada a possível influência da Primeira Guerra Mundial na evolução deste tipo de entidades; e o teórico, considerando os aportes que um estudo ou investigação de um determinado período histórico podem trazer para o conhecimento geral do poder dos pequenos e médios Estados.

Neste sentido, e como ponto de partida de uma análise mais vasta, pode-se levantar pelo menos um dado interessante. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a história posterior da Europa e do mundo deu-se o fenómeno da multiplicação dos pequenos e médios Estados no continente e depois globalmente. Com efeito, em 1914, a Europa era composta por 23 Estados independentes, sendo uma boa parte do globo controlado por um reduzido número de soberanias europeias (seriam sete os Estados europeus que em 1914 tinham soberania efetiva sobre territórios ultramarinos de grande dimensão, a saber: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Portugal, Itália e Holanda; note-se que destes cinco, três seriam hoje catalogados como pequenos Estados).¹¹ Globalmente, em 1914, haveria no mundo cerca de 40 Estados considerando como independentes, sendo que a soberania de alguns era de duvidosa efetividade (caso da China ou da Pérsia, por exemplo). Hoje, a ONU reconhece 195 Estados com efetiva soberania.¹² E a Europa viu duplicar o número de Estados independentes e soberanos (são hoje mais de 40), quase todos eles de pequena ou média-pequena dimensão.¹³ Assim, apesar de duas guerras mundiais e de um grande conflito entre superpotências, terá acontecido o inverso do que a geopolítica do início do século XX considerava como natural. Em vez de uma redução massiva de Estados, engolidos por super-impérios ou pan-regiões, temos a multiplicação de pequenas entidades nacionais. Como ponto de partida de um projeto de investigação sobre o poder dos pequenos Estados, não poderia ser dado mais fascinante.

Contribuir, assim, para aprofundar o conhecimento que campos como as Relações Internacionais, os Estudos de Segurança, a Estratégia e a História Internacional têm do papel dos Estados mais pequenos em momentos decisivos na vida internacio-

11 Poder-se-ia ainda falar da Espanha, mas os territórios ultramarinos sob sua soberania eram como que residuais.

12 Sobre os Estados reconhecidos pela ONU veja-se “Member States” em <http://www.un.org/en/member-states/>, consultado em 3 de outubro de 2016.

13 Sobre o número de Estados europeus e a colonização europeia, observaram-se vários atlas históricos como por exemplo o *Courrier International* (2005, 8.º Volume, 22: e 9.º Volume, 40) e Boniface (1999, pp. 12-14 e 105).

nal, é um dos grandes desígnios deste projeto que assume, assim, uma pretensão a ampliar teoreticamente o conhecimento sobre o poder dos pequenos e médios Estados e em consequência, sobre aquilo que pode capacitar um pequeno Estado como Portugal a alcançar os objetivos que para si se propõe.

Conclusão

O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial” procura estudar o poder do pequeno Estado em geral, e de Portugal em particular. Este é o seu grande propósito. Para esse estudo, em detrimento de uma visão geral, procurou-se todavia um foco temporal que permitisse diferenciar situações e relevar aquilo que é específico de cada época, daquilo que é próprio a cada Estado, e do que pode ser tomado como geral e inscrito numa teoria geral do poder do pequeno e do médio Estado. Talvez seja por excesso que o projeto tenha inscrito como um dos seus mais importantes fitos adicionar conhecimento para uma teoria geral do poder do pequeno Estado.

Para chegar a essa almejada teoria, o projeto propõe-se perseguir três grandes temáticas:

- (1) A posição internacional de Portugal e a Primeira Guerra Mundial, em que se discorre sobre os quadros geopolítico e geoestratégico global, a situação do país nestes e as capacidades que se procuravam desenvolver para sobrepujar resistências aos interesses ditos nacionais. Neste campo, estar-se-á atento à ação e ao papel de outros pequenos Estados, que possam, numa lógica comparativa, tornar mais viva as virtualidades, as vulnerabilidades e as estratégias que Portugal desenvolvia para se inserir no sistema internacional com alguma margem de manobra.
- (2) A Estratégia nacional e Forças Armadas é outra das temáticas sobre a qual ponderar. Neste campo, interessa relevar o papel das Forças Armadas na estratégia geral nacional, visualizando quais as missões de que eram incumbidas e a sua relevância em termos nacionais, e mais relevantemente, internacionais. Nesse sentido, será analisada com profundidade o papel das Forças Armadas portuguesas na Grande Guerra e sua relação com os aliados de Portugal.
- (3) Por fim serão ponderadamente tiradas as lições do passado e as ilações estratégicas para o futuro. Um projeto de investigação inserido numa instituição como o Instituto da Defesa Nacional e suportado pelo Ministério da Defesa Nacional obriga, num certo sentido, a que o estudo do passado sirva de um modo mais evidente o futuro. A estratégia é um pensamento prospetivo e uma ação virada para o porvir. Inscreve-se numa lógica messiânica, se entendida esta como edificação de um melhor futuro. Nesse sentido, procurar,

com a ponderação de que toda a antevisão deve ser acompanhada, elementos, traços, linhas e modelos de ação que ajudam a capacitar Portugal é uma das missões mais relevantes deste projeto.

Referências

- Almeida, C., 1911. Intervenção do Ministro da Marinha, Celestino de Almeida. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão Nº 11 de 15 de Dezembro, p. 4.
- Arrifes, M. F., 2005. *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.
- Benjamin, W., 2010. *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Boniface, P., Dir., 1999. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano.
- Chagas, J., s/d. *Diário I, 1914*, Lisboa: Edições Rolim.
- Chagas, J., s/d. *Diário III, 1918*, Lisboa: Edições Rolim.
- CIA, s/d. CIA Fact Book, Country Comparison – Population, *The World Fact Book*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016.
- CIA, s/d. CIA Fact Book, Country Comparison – Area, *The World Fact Book*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016.
- Coutau-Bégarie, H., 1999. *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Courrier Internacional, 2005. *Atlas da História Mundial*. 8.º e 9.º Volume. Barcelona: Editorial Sol.
- Couto, A. C., 2014. Tenente-General Abel Cabral Couto. Primeira Intervenção. In: A. C. Couto, J-G. Leandro e A. P. Duarte, coord, *Memória do Instituto da Defesa Nacional*. IDN Cadernos nº 13. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 46-54.
- Duarte, A. P., 2015a. A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra. In: A. J. Telo, coord, *A Grande Guerra: Um Século Depois - Atas*. Lisboa: Academia Militar/Fronteira do Caos, pp. 78-99.
- Duarte, A. P., 2015b. A Experiência Expedicionária das Forças Armadas Portuguesas no Século XX. *IDN Brief*, julho, pp. 8-15. Disponível em http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_julho2015.pdf.
- Duarte, A. P., 2014. Guerra total e abolição da guerra: para uma genealogia do conceito de segurança. In: M. M. T. Ribeiro, M. F. Rollo, I. F. Valente e A. Cunha, eds, *Pela Paz! For Peace! Pour la Paix! (1849-1939)*. Brussels: Peter Lang, pp. 71-89.
- Duarte, A. P., 2013. Estratégia: Origem e Fundamento. *Nação e Defesa*, nº 136, pp. 34-65.
- Duarte, A. P., 2012. Cidadania e Identidade. *IDN brief*, Março, pp. 2-6. Disponível em http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_marco2012.pdf.

- Fraga, L. A. da, 2010. *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra da 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Henig, R., 2010. *The League of Nations. The Peaces Conferences of 1919-1923 and their Aftermath*. London: Haus Publishing.
- Instituto da Defesa Nacional, s/d. Apresentação do IDN. In: Instituto da Defesa Nacional. Disponível em http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf. Consultado em 28 de setembro de 2016.
- Lebesgue, P., 1916. Portugal et France. *A Águia: Portugal e a Guerra*, nº 52, 53 e 54, abril, maio e junho, pp. 166-169.
- Levy, J., 2015. Correspondence. Everyone's Favored Year for War – or Not?. *International Security*, 39(4), pp. 208-213.
- Losano, M. G., 2009. Karl Haushofer (1869-1946). O Pai da Geopolítica das Ditaduras Europeias. *Geopolítica* nº 3, pp. 271-299.
- Meneses, F. R. de, 2015. *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Alfragide: Dom Quixote.
- Pascoaes, T. de 1916. A Guerra. *A Águia: Portugal e a Guerra*, nº 52, 53 e 54, abril, maio e junho, pp. 109-111.
- Payne, S. G., 2011. *Civil Europe in War, 1905-1949*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosas, F., 2013. *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, F., 2007. *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos conflitos armados no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, F., 2003. *Pensamento e Acção Política. Portugal no Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Reynolds, D., 2013. *The Long Shadow. The Great War and the Twentieth Century*. New York and London: Simon & Schuster.
- Snyder, J., 2015. Correspondence. Everyone's Favored Year for War – or Not?. *International Security*, 39(4), pp. 213-217.
- Soutou, G. H., 1989. *L'Or et le Sang. Les buts économiques de la Première Guerre Mondiale*. Paris: Fayard.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa* nº 139, pp. 8-33.
- Telo, A. J., 2010-2011. *Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença (2 Vols).
- Tilly, C., 1994. *Coercion, Capital and European States. AD. 990-1992*. Cambridge e Oxford: Blackwell.
- United Nations Organization. *Member States*. Disponível em <http://www.un.org/en/member-states/>, consultado em 3 de outubro de 2016.